

Malufistas desistem de pedir cassação de liberais

Brasília — Foi cancelada ontem a lista de assinaturas que o Senador malufista Carlos Alberto (PDS-RN) vinha recolhendo para que o PDS pleiteasse na Justiça eleitoral a cassação do mandato dos membros da Frente Liberal que compareceram ao comício oposicionista de Goiânia. O cancelamento foi a conselho do ex-Ministro Golbery do Couto e Silva, ex-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e um dos carros-chefes da candidatura do Deputado Paulo Maluf, do PDS.

— O Ministro Golbery me disse que esse processo afasta os frentistas que estão se dispondo a apoiar Maluf. Ele próprio está trabalhando os frentistas e acha que só cinco ficarão na dissidência. E pediu que eu desse um tempo — informou o Senador, depois de uma conversa reservada de 10 minutos com o ex-Ministro, pouco antes da abertura da reunião destinada a concretizar o apoio do PDS ao candidato oficial, em que Maluf disse:

— Os filhos pródigos devem ser recebidos de braços abertos.

Ausências

O único Ministro de Estado presente à reunião, Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, fez um discurso conciliatório, pregando o retorno ao PDS dos membros da Frente Liberal e anunciando que nos próximos dias o Presidente Figueiredo pedirá aos governadores do Partido que apoiem o candidato oficial. O único governador que compareceu à reunião, que teve a presença de 300 pessoas, foi o de Mato Grosso, Júlio Campos.

Otimista, ele acha que vai haver uma reintegração paulatina dos membros da Frente Liberal ao PDS, daí ter desaconselhado o senador Carlos Alberto a levar em frente a medida judicial para a cassação do mandato dos liberais.

Na mesa, ao lado de um poster colorido do Deputado Paulo Maluf sorrindo, ficaram sentados Abi-Ackel, os presidentes da Eletrobrás (Costa Cavalcante), da Caixa Econômica Federal (Gil Macieira), o Governador Júlio Campos, os Senadores João Castelo, Helvídio Nunes, Lomanto Júnior e Eunice Micheles, e os Deputados Augusto Franco (presidente do PDS), Armando Pinheiro e Antônio Faria, além dos Vice-Governadores Edvaldo Flores e Victor Fontana, da Bahia e de Santa Catarina.

Aplausos

Não havia mais de 80 deputados federais e senadores (dos 280 do PDS) na platéia que aplaudiu entusiasticamente o discurso de Maluf. Ele prometeu que, até o fim de outubro, terá sua vitória no Colégio Eleitoral assegurada por mais de 100 votos, e deu um conselho aos integrantes do PDS: “Não devemos ter constrangimento de fazer acordos públicos com companheiros de outros Partidos. Numa eleição, só uma coisa é feia: não vencer. E na minha vida pública tenho sido sempre vitorioso”.

Outra promessa do candidato: “O meu compromisso com vocês não é só no dia 15 de março. Eu quero assumir o compromisso de estar com vocês no dia 15 de novembro de 1986”, quando haverá eleições para deputados e senadores. Maluf ensinou que na disputa sucessória não existe objetivo-fim, mas objetivo-meio. “O fim é o povo brasileiro, o meio é a Presidência da República, como instrumento de paz social. A partir do dia 15 de março, o PDS vai deixando de ser o Partido do Governo para ser o Partido no Governo”.

* Golbery não discursou na reunião, mas manifestou à imprensa algumas opiniões sobre o seu candidato. Ele acha que os votos que a Frente Liberal leva para Tancredo Neves, da Aliança Democrática, não colocam em risco a vitória de Paulo Maluf, e entende que o Governo está ajudando o candidato do PDS, “embora possa fazer mais”. Acha também que a imagem de Maluf está melhorando junto ao público. “Eu faço um desafio às televisões: ponham o Maluf no ar, façam debate entre os candidatos. Se ele tem imagem ruim, isso beneficiará a Oposição. Por que não fazem?”

Quanto ao triunfalismo que caracteriza atualmente a candidatura Tancredo Neves, Golbery disse que não se assusta. “Todo candidato tem o dever moral de achar que vai ganhar”, respondeu. A indefinição dos governadores pedessistas também foi subestimada: “O que me preocupa é a falta de muro para esses governadores. Quando chegar o momento, a definição deles vai ser obrigatória”.

O candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, afirmou que não havia “nenhum fundamento legal” na pretensão do Senador Carlos Alberto de pedir a cassação dos membros da Frente Liberal que foram a Goiânia. “O direito de opção ainda está assegurado no Brasil e seria preciso que estivéssemos mergulhados num Estado fascista para que o cidadão ficasse preso eternamente ao seu Partido”.